



REVISÃO BIBLIOGRÁFICA DAS PRODUÇÕES CIENTÍFICAS A RESPEITO DA INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM AUTISMO ENTRE 4 E 6 ANOS

Maria Milena Pontes¹
Amanda Belarmino Cavalcante²
Mariana Amorim de Arruda Silva³
Maria Paula Cavalcanti Carvalho⁴

RESUMO

A inclusão de crianças com autismo na escola regular é um tema que traz muitos questionamentos, pois o modelo biomédico provoca muitos estigmas na sua identidade e percebemos como o campo da alteridade na instituição escolar ainda passa por muitas vicissitudes. Neste trabalho pretendemos verificar o processo de inclusão das crianças com autismo no Ensino Regular dentro do recorte da Educação Infantil e do primeiro ano do Ensino Fundamental. Como percurso metodológico adotamos uma análise descritiva dos quatro artigos escolhidos das bases de dados ANPED e Scielo, onde destacamos que muitos artigos foram excluídos por não retratarem nuances sobre a criança com autismo na primeira infância. Os artigos mostraram a ausência desse sujeito na escola regular, a necessidade de formações e a falta de apropriação do universo do autismo onde provocou os professores a não ressignificarem a sua prática para a inclusão e as ações ainda restritas a trabalhar com a criança de modo isolado sem potencializar suas inter-relações têm provocado a exclusão ou integração dessa criança. Concluímos que à criança com autismo deve ser percebida através das suas potencialidades, percebendo-a, sobretudo, como criança no espaço escolar para que assim possa alcançar o que vem a ser inclusão.

Palavras-chave: Educação Inclusiva, Autismo, Escola regular.

INTRODUÇÃO

A Educação Inclusiva, dentro da etapa da Educação Infantil, tem sido bastante discutida ligada as especificidades e desafios que são gerados com a inclusão desses sujeitos na escola regular, é preciso salientar, no entanto que para a discussão dessa temática existem

¹ Graduanda de Pedagogia pela Universidade de Pernambuco – UPE e Participante do Grupo “A Cultura da Infância nas Políticas e Práticas Pedagógicas da Educação Infantil (GRUPEI - UPE)”, pontesmilena97@gmail.com

² Graduanda de Pedagogia pela Universidade de Pernambuco – UPE e Participante do Grupo “A Cultura da Infância nas Políticas e Práticas Pedagógicas da Educação Infantil (GRUPEI - UPE)”, amandacavalcante1410@gmail.com

³ Especialista em Educação Especial e Inclusiva (FESL) e Graduada em Pedagogia pela Universidade de Pernambuco – UPE e Pesquisadora do Grupo “A Cultura da Infância nas Políticas e Práticas Pedagógicas da Educação Infantil (GRUPEI - UPE)”, mariamorim56@gmail.com;

⁴ Graduanda em Psicologia pela Universidade de Pernambuco – UPE e Participante do Grupo “A Cultura da Infância nas Políticas e Práticas Pedagógicas da Educação Infantil (GRUPEI - UPE)”, mariapaula18carvalho@hotmail.com;



vertentes e correntes distintas que podem elucidar ou não uma prática ora integradora, ora inclusiva.

A inquietação surgiu, inicialmente, a respeito da temática de inclusão nessa etapa da vida, depois de leituras iniciais e pesquisas em bases de dados percebemos que os estudos ligados ao autismo se concentravam na área biomédica e pouco era discutido à luz da inclusão num viés da pedagogia da diferença. Assim, primeiramente buscamos compreender “como se encontra à produção científica brasileira em relação à inclusão de crianças com autismo na educação infantil e no primeiro ano do ensino fundamental?” Esse artigo traz dados parciais de uma pesquisa maior, e aqui apontamos apenas a parte do estado da arte e a reflexão a partir das conceituações ligadas à inclusão. É preciso elucidar, contudo, a nossa compreensão acerca da temática aqui discutida.

Logo, o termo “diferença” é utilizado por muito tempo em nossa sociedade para determinar tudo àquilo que não somos, assim, a partir do momento em que se torna perceptível na constituição do outro, algo que não faz parte da minha realidade, automaticamente ele se torna diferente (SKLIAR, 1999).

Para Skliar (2017) quando essa diferenciação é aplicada à instituição escolar, o papel dela e de todos que constituem esse espaço é garantir o pleno desenvolvimento de qualquer um, como de cada um, ou seja, torna o ensino ético e ao mesmo tempo singular, a fim de garantir a compreensão da especificidade do outro e respeitar toda diferença existente.

Nesse sentido, Mantoan (2003), acrescenta que “é preciso respeitar os educandos em sua individualidade, para não se condenar uma parte deles ao fracasso e às categorias especiais de ensino” (p. 02). Desse modo, reforçando a ineficiência das escolas inclusivas, quanto ao seu papel de promover a democratização, pois caracteriza o outro pela deficiência e por ser apenas aquele sujeito que precisa de cuidados médicos e não pelo sujeito social, político e histórico, assim privando-os da participação na sociedade. (SKLIAR, 1999)

Nessa perspectiva, foram criadas algumas declarações, no intuito de garantir o desenvolvimento da aprendizagem de todos os alunos independentemente de apresentar deficiência ou não, como é o caso da declaração Salamanca (1994) que visa promover um ensino de qualidade dentro das instituições regulares, assim, assegurando que ambos alunos aprendam e se constituam socialmente através do reconhecimento das diferenças.

Além da declaração Jomtien (1990) que também tem por objetivo ampliar o acesso à educação básica, visto que o número de indivíduos fora das instituições escolares, ainda é superior às que estão dentro, assim ela tem o compromisso de garantir todos os cuidados



necessários para a efetivação da equidade dos alunos, buscando manter a permanência deles na escola em todos os níveis de ensino.

Sabendo desses aspectos ligados à inclusão da pessoa com deficiência é preciso apontar que existem diversos tipos de acometimentos: físicos, cognitivos e motores que podem estar associados a algum transtorno, distúrbio ou deficiência. Porém, faremos um recorte específico em nosso estudo que está ligado ao autismo.

Nesse sentido é relevante compreender a sua definição, que de acordo com a lei nº 12.764 artigo 1º em seu inciso primeiro define o autismo como deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação sociais, manifestada por deficiência marcada de comunicação verbal e não verbal usada para a interação social; ausência de reciprocidade social; falência em desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento, dessa forma é de extrema importância se pensar na inclusão, considerando essas especificidades para desenvolver métodos de ensino adequados para esses alunos.

O artigo é fruto de conversações entre as pesquisadoras do Grupo de pesquisa A Cultura da Infância nas Políticas e Práticas Pedagógicas da Educação Infantil, onde esse está vinculado à Universidade de Pernambuco-UPE, Campus Garanhuns e nos implicou com a temática de infância e autismo no processo de inclusão escolar.

Diante dessas inquietações buscamos na literatura científica nas bases de dados da ANPED (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação) e da SCIELO (Scientific Electronic Library Online) pesquisas relacionadas à inclusão de crianças com autismo na educação infantil. Apenas 04 artigos foram selecionados diante dos critérios definidos para o estudo, realizamos uma análise descritiva e refletida no construto teórico aqui apontado.

A INCLUSÃO A PARTIR DA PERSPECTIVA DA PEDAGOGIA DA DIFERENÇA

No tocante à reflexão da educação inclusiva, de acordo com Carlos Skliar (1999) “negar uma abordagem social, política, histórica e cultural neste território constitui o primeiro nível de discriminação, o mais sutil, sobre o qual depois se tramam todas as demais exclusões de cidadania, linguística, comunitária e etc.” (p.18). Desse modo, a escola regular deve promover a igualdade, através do respeito às diferenças para não estabelecer barreiras de exclusão (MANTOAN, 2016). Nessa perspectiva:

A escolarização da criança com autismo historicamente ficou sobre responsabilidade das instituições especializadas de educação especial. O atendimento à criança com autismo nessas instituições baseava-se no modelo clínico médico no qual o trabalho educativo estava centrado na deficiência do aluno, visando a corrigir ou amenizar



déficits, cristalizando a imagem da criança com autismo ao seu diagnóstico e determinando uma incapacidade de aprender e de se desenvolver (VASQUES, 2003) (CHIOTE, 2011, p.22)

Com base nesse contexto, fica evidente a necessidade de repensar a prática da inclusão, no intuito de promover a equidade, no contexto escolar que tem por função estabelecer o desenvolvimento pleno da criança independente de quem ela seja, não se preocupando com o capacitismo causado pela deficiência, mas com a promoção do acolhimento através da hospitalidade, como aponta Vigotski (1997), “[...] não é a deficiência que traça o destino da criança, mas a maneira como ela é significada culturalmente” (VIGOTSKI, 1997 apud CHIOTE, 2011, p.42), reforçando a necessidade de repensar sobre a definição dessa pessoa com deficiência, pois, caso contrário ao serem inseridas nas escolas regulares, as crianças com autismo ou qualquer outra deficiência serão restritas de seu desenvolvimento.

De acordo com as ideias de Skliar, esse desenvolvimento só é possível a partir do momento em que a deficiência é reconhecida como parte fundamental da sociedade, “mas ainda, a alteridade deficiente raras vezes é vista como pertencendo a uma nação, sendo cidadãos e sujeitos políticos, articulando-se em movimentos sociais, possuidores de sexualidade, religião, etnia, classe social, idade, gênero e atores/produtores de narrativas próprias” (SKLIAR, 1999, p.17), assim, conseqüentemente eles deixam de estabelecer trocas de conhecimento que são necessários para familiarizá-los.

Logo, “[...] o processo de ensino e aprendizagem de alunos com autismo carece de ser orientado pela perspectiva do desenvolvimento da linguagem, rompendo e transcendendo ao ensino mecanizado de hábitos e à concepção reducionista acerca do desenvolvimento da aprendizagem deste aluno” (ORRÚ, 2008, p.8-9), para que assim, se alcance a tão desejada escola democrática, que transcende as barreiras de desigualdade existentes.

Além disso, a educação inclusiva visa a participação de todos independentemente de suas diferenças, como aponta Mantoan (2003) que não existem alunos diferentes, mas que somos todos diferentes, ou seja, todos possuímos nossas diferenças, mas o que realmente importa é a forma na qual lidamos com elas. Embora saibamos que muitas vezes elas não são bem vistas na sociedade devido a todo o contexto da construção de estigmas e a invenção da alteridade deficiente que ainda é muito presente na constituição do pensamento social em relação às pessoas com deficiência.

Para Orrú (2008) “ O homem é o único capaz de assimilar a experiência que não é a sua própria e repassá-la para outros indivíduos de geração em geração. ” (p.04), isto é, tudo o



que foi vivenciado no passado continua ainda sendo transmitido às pessoas, embora hoje já se tenha mais reconhecimento que todos somos iguais perante a lei.

É preciso elucidar que o autismo sempre foi representado na sociedade, como um fenômeno fora da realidade, assim se faz necessário pensar em seu contexto com base na construção histórica. “Com relação ao trabalho com autistas na perspectiva da abordagem histórico-cultural entendemos que o processo de ensino e aprendizagem desse aluno deve contemplar necessariamente, uma criteriosa mediação pedagógica cotidiana e formação de conceitos possibilitando o encontro/ confronto das experiências cotidianas no contexto em que elas ocorrem para a formação de conceitos” (ORRÚ, 2008, p.08), pois dessa forma, será possível promover o desenvolvimento e a aprendizagem para todas as crianças.

Apenas no ano de 1943 que o psiquiatra Kanner, através de seus estudos e pesquisas, permitiu que fossem descritas e conhecidas as primeiras informações sobre o autismo, bem como foi possível perceber que as crianças que ele analisou apresentaram um comportamento diferente. Essas crianças ficavam mais isoladas do contato social, bem como seu comportamento era diferente e sua comunicação inexistia.

Pensando nisso, é relevante destacar que o autismo se enquadra no DSM-V, pois está relacionado com acometimentos que podem comprometer o desenvolvimento mental, assim, se o contexto escolar não valoriza as diferenças, quando essa criança é inserida no mesmo espaço que outra que não apresenta as mesmas especificidades, automaticamente se criam barreiras atitudinais reforçando o preconceito e a discriminação.

Dessa forma, é preciso entender que dependendo do grau em que é apresentado o autismo, as crianças podem ter dificuldades em interpretar sinais não verbais transmitidos por outras pessoas, em conversas ou em compreender a linguagem corporal. Por outro lado, as mesmas vão ter facilidade em se lembrar de informações que foram lidas a semanas atrás. Pois, as crianças com TEA em muitas vezes superam os outros em tarefas auditivas e visuais, bem como também são melhores em testes de inteligência não verbais.

Ao falar sobre a relação escolar, Skliar (1999) reforça que não adianta mudar a relação da escola com o estudante, se não pensar também como é sua relação com o outro do seu lado, ademais há uma grande diversidade presente em cada ambiente escolar e cada um deles possui suas diferenças, que precisam ser notadas, sentidas e compreendidas, para que se possa haver uma mudança por parte de cada um de nós, para só depois pensar-se em uma mudança legal.



O estudo do autismo é de grande importância, tanto para a vida do indivíduo quando para todos que estão ao seu redor, pois com uma melhor compreensão dele, será possível intervir de forma adequada principalmente no ambiente escolar, onde ele irá aprimorar seus conhecimentos e desenvolvê-los.

No decorrer dos anos, é possível perceber que o número de crianças com autismo, vem aumentando, e há uma grande demanda tanto para as escolas como para os profissionais, visto que ao ser diagnosticada elas precisarão de acompanhamento, e muitas vezes ao serem inseridas no ambiente, elas não terão todos os recursos necessários para desenvolver suas habilidades, fazendo com que não sejam incluídas de fato. Pois sabemos que a inclusão, vai muito além de inserir, “inclusão não é inserir aqueles que estão fora, inclusão é pensar em uma escola, sociedade para todos, em uma sociedade incondicionalmente hospitaleira” (MANTOAN, 2005, p.24). Assim,

A inclusão escolar possibilita à criança com autismo o encontro com outras crianças, cada uma em sua singularidade, o que muitas vezes não acontece em outros espaços pelo qual circula, que frequentemente priorizam um atendimento individual. O espaço escolar possibilita a vivência e experiências infantis a partir da relação com outras crianças. (CHIOTE, 2011, p.24)

Logo, para que as práticas de educação inclusiva se concretizem é necessário que os coordenadores, diretores e supervisores estejam sempre juntos, buscando orientar toda a comunidade escolar e professores com base na proposta de inclusão, afim de que possa haver cada vez mais melhorias na educação, com formação desses docentes para o aprimoramento de suas práticas, mas isso só é possível se cada professor tiver em mente seu compromisso de promover a equidade e assim, tornar o seu trabalho mais forte, pois “assegurar o direito à diferença na escola e ensinar a incluir e, se a escola não tomar para si esta tarefa, a sociedade continuará perpetuando a exclusão nas suas formas mais sutis e mais selvagens” (MANTOAN, 2004, p.04).

METODOLOGIA

O trabalho se comporta como uma pesquisa do estado da arte onde as bases de dados utilizadas foram a ANPED (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação) e a SCIELO (Scientific Electronic Library Online). Na ANPED, foi pesquisado na 37ª reunião, no GT 07- Educação de Crianças de 0 a 6 anos, encontramos um total de 29 trabalhos, entre eles, dois estavam em declínio da publicação, mas nenhum tratava da nossa temática, ainda na mesma reunião, também pesquisamos no GT 15- Educação Especial, nele também encontramos 29 trabalhos, sendo que um deles estava em declínio da publicação,



neste GT encontramos 2 artigos que tratavam de educação infantil, porém apenas 1 foi selecionado, que contemplava a primeira infância⁵ associando ao autismo.

Também foram pesquisados os trabalhos da 38ª reunião nacional da anped, no GT 07, e foi encontrado um total de 17 trabalhos, mas nenhum tratava de inclusão, já no GT 15, dentre um total de 16 trabalhos apenas um estava voltado para a infância, mas não tratava de autismo. Por fim, também pesquisamos na 39ª reunião da Anped e identificamos que no GT 07, dentre um total de 31 trabalhos nenhum falava de inclusão associando ao autismo. Ainda na mesma reunião, no GT 15, fizemos a análise de 24 trabalhos, onde encontramos 1 artigo que tratava de autismo.

Na SCIELO, realizamos a pesquisa com os descritores Educação Infantil e Educação Inclusiva, encontrando um total de 4 artigos sobre o nosso tema, porém foram selecionados apenas 2, visto que um estava em inglês e outro tratava de autismo na idade adulta.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Iniciaremos a discussão com os artigos encontrados na ANPED, intitulado de *“Investigando a qualidade da inclusão de alunos com autismo nos anos iniciais”* (KUBASKI, POZZOBON, RODRIGUES, 2015) fazem uma análise de dados das informações que foram recolhidas em uma pesquisa de campo, para perceber de que forma acontecia a inclusão dos estudantes com autismo. Sendo assim, essa pesquisa foi feita a partir de quatro indicadores de qualidade, que tinha como objetivo principal perceber como é que estava a qualidade da escola, os fatores eram: a presença, a participação, a aceitação e a aprendizagem.

Foi percebido que a ausência de alguns deles, fazia com que esses estudantes não aprendessem ou não tivessem uma participação, como é o caso da diferença na comunicação, pois por apresentar algumas limitações na hora de se comunicarem, muitas vezes resultava no comprometimento de sua interação, e assim, aumentava a exclusão, desse modo, com base nesta pesquisa, se chegam a duas possíveis hipóteses, a primeira que realmente não existem muitas crianças com autismo matriculadas na rede regular de ensino e a segunda que o autismo ainda é uma deficiência confundida com deficiência mental, por esse motivo não se tem tantos registros dessas matrículas.

É notório a importância da educação inclusiva na promoção do desenvolvimento da criança com autismo, pois, através dela todos os alunos são acolhidos e respeitados em suas especificidades. Nesse sentido, “incluir a criança com autismo vai além de colocá-la em uma

⁵ Consideramos os artigos que trabalhavam com crianças de até 6 anos, visto que o corte etário só foi oficializado na RESOLUÇÃO Nº 2, DE 9 DE OUTUBRO DE 2018.



escola regular, numa sala regular; é preciso proporcionar a essa criança aprendizagens significativas, investindo em suas potencialidades, constituindo, assim, o sujeito como ser que aprende, pensa, sente e participa de um grupo social e se desenvolve com ele e a partir dele, com toda sua singularidade” (CHIOTE, 2004, p.24).

Assim, para realizar essa pesquisa foi feita a análise da prática de quatro professoras, observando os indicadores de qualidade, o primeiro fator de qualidade verificado foi a presença, neste observou-se, que o comportamento do aluno vai influenciar na presença, pois muitas vezes o aluno frequentava a sala de aula mas em alguns momentos seu comportamento fazia com que ele tivesse que ser retirado da sala, já em outros casos se observou que a presença dele não era muito comum.

Dessa forma, eles também observaram que a questão de se ter um profissional especializado para trabalhar com esses alunos é muito importante principalmente quando apresentam comportamentos alterados, pois podem auxiliar no seu desenvolvimento, ajudando a interpretar o que ele está sentindo e assim proporcionar que ele se sinta mais confortável na sala de aula. Assim se percebeu que em dois casos a presença ainda era muito escassa e em outros dois casos a presença era mais comum, tendo em vista que ela variava de acordo com a atividade que é proposta e com base nessa atividade, ele poderia escolher participar ou não, já nos outros casos ficou visível que o nível de autismo se fazia mais comprometedor e assim os professores disponibilizavam para eles apenas conteúdos paralelos e infantilizados, dessa forma, se concluiu que a participação variava de acordo com a escola e os profissionais que nela atuavam.

No outro artigo publicado pela ANPED, “*Efeitos no Uso da Comunicação Alternativa Em Uma Aluna Com Autismo*” (MARÇAL, 2019), é retratado o desenvolvimento de uma estudante autista de seis anos, no primeiro ano do ensino fundamental, no qual a mesma não usa a fala e não tem muita interação social, tanto com os seus educadores bem com os seus colegas, durante a execução da pesquisa, e foi necessário haver uma intervenção com uso de cartões de comunicação alternativa, por parte da pesquisadora, pois a criança compreendia o que estava sendo realizado, porém mesmo assim ela não demonstrava interesse em interagir com a pesquisadora. Diante disso, foi notável perceber que no decorrer dos outros dias, a criança passou a interagir fazendo o uso dos cartões, bem como tudo que ela queria utilizava cartões para representar e recebia em troca o que ela pedia. E a partir de então a mesma passou a interagir com todos ao seu redor.



É perceptível que muitas vezes as crianças autistas só ficam em espaços estabelecidos ou espaços terapêuticos, limitando apenas o contato com os profissionais, sendo de suma importância o contato com as outras crianças, para assim estabelecer suas relações sociais, bem como para desenvolver e trabalhar suas aptidões. “A circulação social da criança com autismo fica muitas vezes limitada aos espaços terapêuticos que visam à reestruturação do comportamento, pois suas diferenças são consideradas como impeditivas do brincar com outras crianças, compartilhar espaços com diferentes crianças e até mesmo ir à escola” (CHIOTE, 2004, p.41). Desse modo, agravando o preconceito com relação a essa criança.

No artigo da Scielo o estudo “*Interação professor-aluno com autismo no contexto da educação inclusiva: análise do padrão de mediação do professor com base na teoria da Experiência de Aprendizagem Mediada (Mediated Learning Experience Theory)*” (FARIAS, MARANHÃO, CUNHA, 2008) abordou-se sobre a importância do professor para a promoção do desenvolvimento cognitivo da criança com autismo, a fim de garantir seu desenvolvimento como também sua inclusão na aprendizagem. Então, é importante ressaltar que a pesquisa foi realizada em uma escola considerada inclusiva, mas que apesar disso, ainda tinha falhas, desse modo, ficou claro que a inclusão não se limita apenas às classes regulares, pois até nas escolas chamadas inclusivas precisam ser refletidas muitas ações.

Logo, foi observado que a falta de capacitação, especialização ou de mais conhecimento por parte do profissional que atua com essas crianças pode acarretar na falta de inclusão, pois apenas integrar o aluno não é suficiente para que ele aprenda, pois deve ser fornecido as ferramentas necessárias para que ele seja incluído, nesse sentido se observou que muitas vezes os profissionais responsáveis pelo cuidado com essas crianças, não tinham uma formação específica, e isso fazia com que eles se deparassem com o medo de não atender as demandas de aprendizagem daquele aluno, fazendo com que de fato não houvesse a inclusão.

Desse modo, essa pesquisa se propõe a descobrir por meio da experiência, quais habilidades são essenciais para um profissional que trabalha com a inclusão para conseguir garantir a aprendizagem, tomando como ponto de partida a teoria da modificabilidade cognitiva estrutural e em seguida, a da experiência mediada, nessa perspectiva, essas duas teorias, visam perceber como o professor atua na sala de aula e com base no resultado das pesquisas é ressaltado a necessidade do professor promover estímulos ambientais para que a aprendizagem deles seja mais significativa e melhor assimilada, fazendo com que ele se desenvolva, além disso, é ressaltado que não são só a promoção de estímulos que faz com que eles aprendam, mas o significado que eles promovam para essa aprendizagem, desse modo, se



na escola não tiver um profissional que ajude na interpretação desses estímulos, conseqüentemente as crianças não conseguirão se desenvolver em suas potencialidades.

Ademais se percebe a importância de se ter um mediador para o desenvolvimento dessas crianças. Por fim, se aborda o conceito de zona de desenvolvimento proximal, com intuito de saber se o estudante atingiu os níveis desejados de cognição, além disso, através dela, o professor saberá onde deve intervir para garantir a aprendizagem com a mediação adequada, sendo que ela deve obedecer a três componentes essenciais, a primeira a intencionalidade, a segunda significação e por fim a transcendência.

Já em outro artigo publicado pela Scielo *Narrativas sobre a inclusão de uma criança autista: desafios à prática docente* (LUZ, GOMES E LIRA, 2016) irá tratar a respeito de uma criança com autismo de 4 anos, no qual estuda em uma escola privada em Brasília. Além disso traz a respeito da relação escola e criança, ressaltando que os pais deste não aceitam que ele tem o autismo, tornando assim bem mais dificultoso o seu processo de aprendizagem. Ao longo da realização desta pesquisa é percebido que os pesquisadores tiveram muitas dificuldades para a realização da mesma, visto que a professora não tinha tanta interação com eles, pois, por se tratar de uma escola privada a mesma tinha medo de por seu emprego em risco, além de ter sido notável também que a escola não tinha a preparação para receber crianças com deficiências, bem como não tinha profissionais capacitados, sendo assim a mesma só recebia aquelas crianças por questões financeiras.

Durante a realização das aulas foi possível perceber que a criança com autismo era excluída e a professora não dava nenhuma atenção àquela criança, além de que não era apenas ele que estava sendo prejudicado, pois, ao se olhar ao redor todas aquelas crianças estavam também sendo prejudicadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebemos com o estudo que a produção científica brasileira a respeito da inclusão da pessoa com autismo na educação infantil e no primeiro ano do ensino fundamental, não atingiu os seus preceitos fundamentais, uma vez que está enraizada na inclusão parcial, ou seja, voltada apenas a integração, quando não acolhe a criança, por achar que ele é incapaz de se desenvolver da mesma forma que os demais. Desse modo rotulando-os, sob um olhar biomédico.

Ademais, ficou evidente que os termos inclusão e integração são usualmente confundidos no ambiente escolar, principalmente se tratando da pessoa com deficiência, uma



vez que se prega a inclusão, quando, na verdade o que está acontecendo é apenas uma integração, voltada a normalização desses sujeitos, por meio de estabelecimento de paradigmas classificatórios para definir se a pessoa está apta para participar de dada prática educativa ou não, quando o que deveria acontecer era uma inclusão, onde todos deviam ser respeitados nas suas diferenças individuais, como no seu tempo de aprender, promovendo a inclusão total desses.

Também, ficou claro com a pesquisa, a pouca existência de produções sobre a temática na etapa da educação infantil, o que pode ser um fator que gera a não inclusão nas realidades escolares. Nesse sentido, é necessário mais reflexões a respeito da inclusão de crianças com autismo no ensino regular, pois as lacunas a respeito desse tema resultam na acomodação das pessoas, que acreditam que ela já acontece devido à existência de leis que a asseguram. No entanto, a inclusão é um impasse, uma vez que a existência das leis não é suficiente para garantir a sua execução.

Assim, esses estudos nos proporcionaram ter uma compreensão mais ampliada a respeito do tema, reforçando a necessidade de buscar enquanto indivíduo social, o fim de certas ideologias preconceituosas a respeito da pessoa com autismo, para atingir a verdadeira participação deles.

REFERÊNCIAS

CHIOTE, Fernanda de Araújo Binatti – **A mediação pedagógica na inclusão da criança com autismo na educação infantil.** - Vitória, 2011. p. 13 a 27.

FARIAS, Iara Maria; MARANHÃO, Renata Veloso de Albuquerque; CUNHA, Ana Cristina Barros. **Interação professor – aluno com autismo no contexto da educação inclusiva: análise do padrão de mediação do professor com base na teoria da experiência de aprendizagem mediada.** (Mediated Learning Experience Theory), 2008.

KUBASKI, Cristiane; POZZOBON, Fabiana Medianeira; RODRIGUES, Tatiane Pinto. **Investigando a qualidade da inclusão de alunos com autismo nos anos iniciais.** Florianópolis, 2015.

LUZ, Mariana Helena da Silva; GOMES, Cândido Alberto; LIRA, Adriana. **Narrativas sobre a inclusão de uma criança autista: desafios à prática docente.** Brasília, 2016.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. TEDxTalks. **Hospedar o aluno: dar acesso, permanência e participação.** 2019. (20:41) Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=C_soyoRgilo&t=57s> acessado em: 24 dezembro 2019.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSÃO ESCOLAR.** Volume 13, nº 2,

Maio/ Ago.2017.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. - **Integração X Inclusão: Escola (De Qualidade) para todos**- 2003. <http://www.lite.fe.unicamp.br/papetyy/2003/>. Ep 403/ integração_X_inclusão.htm. Acesso em: 29/07/20 às 17: 32)

MARÇAL, Carla Cordeiro. **Efeitos no Uso da Comunicação Alternativa Em Uma Aluna Com Autismo**. Rio de janeiro, 2019.

ORRÚ, Sílvia Ester. **Os estudos da análise do comportamento e a abordagem histórico-cultural no trabalho educacional com autistas**. Revista Ibero americana de Educação, 2008.

ORRÚ, Sílvia Ester.: **Contribuições da abordagem histórico- cultural na educação de alunos autistas**. Sep-Dis2010; volumen10, numero3.

SKLIAR, Carlos. **A invenção e a inclusão da Alteridade "deficiente" A partir dos Significados da normalidade**. Porto Alegre- RS: Educação e Realidade, 1999.

SKLIAR, Carlos. **A educação e a pergunta pelos Outros: diferença, alteridade, diversidade e os outros "outros"**. Florianópolis, 2003.